



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

**CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GODOY MOREIRA-PR - EDITAL 01/2016**

DATA DA PROVA: 22/01/2017

PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

CARGO: CONTADOR

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova, o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova.
- **O CANDIDATO NÃO PODERÁ LEVAR CONSIGO O CADERNO DE QUESTÕES EM MOMENTO ALGUM;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

Destaque aqui -----

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Suco detox: quando ele faz bem (ou mal) para a saúde

Por Claudia Cozer Kalil - publicado 24/12/2016

O suco ajuda na alimentação saudável. Mas, em excesso, pode até acarretar ganho de peso.

O suco verde, natural, de vegetais vem ganhando cada vez mais espaço em restaurantes de comida saudável, hortifrúti e também dentro das casas de boa parte da população brasileira e ficou conhecido como “suco detox”.

Muitos acreditam que esse suco é milagroso. Segundo alguns, bastaria consumi-lo pela manhã e em pouco tempo ele promete emagrecimento e boa saúde. Também se diz que, consumido dessa forma, o suco seria capaz de limpar ou desintoxicar o organismo de substâncias nocivas.

A palavra detox vem do inglês, originada da palavra detoxication, que traduzida para o português seria desintoxicação. Essa introdução se faz necessária para entendermos o contexto distorcido ao qual frequentemente nos referimos a nossa alimentação.

Segundo a Anvisa, alimento consiste em toda substância ou mistura de substâncias, no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinadas a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento. Portanto, não é costume comermos qualquer coisa que cause uma intoxicação. A intoxicação do nosso corpo se dá com a ingestão de substâncias nocivas, como venenos, por exemplo.

Além disso, não há evidências científicas de que o consumo de qualquer alimento tenha o potencial de limpeza ou purificação, ou seja, nenhum alimento por si só é capaz de eliminar substâncias nocivas do nosso organismo. O corpo humano tem condições para reconhecer e trabalhar para excretar substâncias que devem ser eliminadas do meio, principalmente através do fígado. Por que então o suco ganhou esse nome rebuscado, “detox”?

O suco detox é nada mais, nada menos, do que a fruta batida com vegetais e, portanto, assim como o suco natural, proporciona benefícios do consumo desses alimentos. As frutas e vegetais devem fazer parte da rotina alimentar dos indivíduos, pois contêm nutrientes (vitaminas, minerais, fibras) importantes para diversas funções orgânicas, para o sistema imunológico, funcionamento regular do intestino, entre outros. O suco fresco de frutas e vegetais

pode ser uma boa alternativa para quem tem aversão a esses grupos de alimentos na forma original, por exemplo. O consumo do suco, então, pode garantir que a ingestão de frutas e vegetais seja suprida. Vale ressaltar que, batida no liquidificador, parte das fibras das frutas e vegetais é perdida e o açúcar das frutas fica concentrado no suco.

Na alimentação, nem tudo é regra. Boa parte dos alimentos que ganham destaque serve para algumas pessoas, mas não para outras tantas. É importante entender que nenhum alimento isolado tem o poder de promover emagrecimento, mas, associado a um conjunto de fatores, pode contribuir para esse processo. Uma pessoa que não costuma realizar o café da manhã e passa a tomar suco pode sentir-se mais satisfeita ao longo do dia e, portanto, comer menos e dessa forma, sim, pode favorecer o emagrecimento. Outro exemplo seria o de uma pessoa que troca um café da manhã rico em alimentos calóricos e pesados por um copo de suco que também o mantém saciado por algum período após a refeição. Tal substituição poderia ajudar na perda de peso e sensação de bem-estar. Esses efeitos não seriam diferentes se a mesma pessoa comesse uma fruta e outro complemento no café da manhã, pois o mecanismo em questão é a menor fome durante o dia e o consumo aumentado dos nutrientes necessários.

Por outro lado, o excesso desse suco também pode acarretar ganho de peso, pois líquidos em geral proporcionam curto período de saciedade, aumentando-se então o volume necessário do mesmo para atingir a saciedade. [...] Existe também uma falsa impressão de que líquido não engorda, podendo haver um exagero no consumo do mesmo.

Assim, o suco pode ajudar, claro! Mas tanto quanto comer frutas e vegetais diariamente. O importante mesmo é buscar formas eficazes e gostosas de garantir o consumo desses alimentos regularmente.

Adaptação de <http://veja.abril.com.br/blog/letra-de-medico/suco-detox-quando-ele-faz-bem-ou-mal-para-a-saude/>, acesso em 02 de jan. de 2017.

01) “Suco detox: quando ele faz bem (ou mal) para a saúde” é um texto:

- (A) De opinião e a autora usa argumentos de autoridade para defender o seu ponto de vista em torno do uso do suco detox.
- (B) Descritivo e a autora descreve os benefícios e o modo de usar o suco detox de forma correta.

(C) Dissertativo em a autora apresenta somente argumentos favoráveis ao uso do suco detox.

(D) Narrativo em que Claudia Cozer Kalil conta uma história sobre o uso do suco detox.

(E) Ficcional, em que Claudia Cozer Kalil cria uma história, com personagens fictícios.

02) Marque a única alternativa falsa em relação ao texto e ao ponto de vista de Cláudia Cozer Kalil:

(A) O suco detox pode fazer bem ou mal à saúde, tudo depende dos hábitos alimentares das pessoas que o tomam.

(B) O suco detox tem o poder de eliminar do organismo substâncias nocivas, já que o fígado, por exemplo, não cumpre essa função.

(C) A Anvisa define o alimento como substância líquida ou pastosa que fornece ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento.

(D) De acordo com a autora o suco possui menos fibras e nele o açúcar das frutas fica concentrado.

(E) Na alimentação, nem tudo é regra e o que serve para um pode não servir para outro.

03) Em qual alternativa, todas as palavras são formadas por derivação sufixal?

(A) saciedade, hortifrúti, regularmente.

(B) pastoso, calóricos, imunológico.

(C) distorcido, formação, bem-estar.

(D) brasileira, milagroso, saciedade.

(E) emagrecimento, saciado, gostoso.

04) As expressões sublinhadas na oração “Na alimentação, nem tudo é regra”, exercem, respectivamente, a função sintática de:

(A) Sujeito, predicativo do sujeito, adjunto adverbial.

(B) Predicativo do sujeito, adjunto adverbial, objeto direto.

(C) Adjunto adverbial, verbo de ligação. Predicativo do sujeito.

(D) Adjunto adverbial, aposto, sujeito.

(E) Adjunto adverbial, sujeito, predicativo do sujeito.

05) A alternativa em que as palavras sublinhadas estão corretamente classificadas quanto às classes das palavras no fragmento abaixo é:

“O importante mesmo é buscar formas eficazes e gostosas de garantir o consumo desses alimentos regularmente”.

(A) artigo, verbo, pronome, substantivo.

(B) preposição, verbo, advérbio, substantivo.

(C) artigo, verbo, adjetivo, preposição.

(D) artigo, verbo, preposição, substantivo.

(E) artigo, verbo, pronome, conjunção.

06) Ao efetuarmos o cálculo da expressão $2 - 0,33333\dots$ Obtemos:

(A) $0,77777\dots$

(B) $1/3$

(C) $1/6$

(D) $2/3$

(E) $5/6$

07) Observe a série $1/2 ; 1/4 ; 1/6 ; 1/8 ; \dots$ Seu termo geral pode ser representado por $(n = 1 ; 2 ; 3 ; 4 ; \dots)$:

(A) $1/2n$.

(B) $1/n$.

(C) $2/3n$.

(D) $2n/3$.

(E) $1/1+n$.

08) Para construir um muro, 5 pedreiros levam 10 dias, se um pedreiro resolveu fazer sozinho o muro, vai levar quantos dias para finalizar o muro?

(A) 20 dias.

(B) 25 dias.

(C) 30 dias.

(D) 40 dias.

(E) 50 dias.

09) Considere os conjuntos dos números naturais de 1 a 20. Se somarmos todos os números primos do conjunto e adicionarmos a soma de todos os números pares, vamos obter:

(A) 107.

(B) 110.

(C) 169.

(D) 187.

(E) 197.

10) A empresa X foi multada em R\$ 10.000,00 tendo como prazo uma semana para efetuar o pagamento, caso não pague o valor vai ser aumentado em 10% para cada semana de atraso, se a empresa efetuou o pagamento após 5 semanas o valor pago está entre:

- (A) R\$ 12.000,00 e R\$ 14.000,00.
- (B) R\$ 14.000,00 e R\$ 16.000,00.
- (C) R\$ 16.000,00 e R\$ 18.000,00.
- (D) R\$ 18.000,00 e R\$ 20.000,00.
- (E) R\$ 20.000,00 e R\$ 22.000,00.

11) Recentemente, em decisão liminar, o Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, decidiu afastar o Senador Renan Calheiros, da presidência do Senado Federal. Neste caso, assumiria o vice-presidente, que naquela ocasião era o senador:

- (A) Roberto Requião.
- (B) Cristovam Buarque.
- (C) Aécio Neves.
- (D) Jorge Viana.
- (E) Ronaldo Caiado.

12) O maior rio do Estado do Paraná é o Rio Iguaçu. Ele corta o território paranaense de:

- (A) Norte a Sul.
- (B) Leste a Oeste.
- (C) Oeste a Leste.
- (D) Sul a Norte.
- (E) Norte a Sudeste.

13) A Guerra do Contestado, que em 2016 completou 100 anos do seu término, marcou a história do Paraná e Santa Catarina. Porém, ao longo da história nacional, outros estados brasileiros estiveram envolvidos em revoltas e conflitos que marcaram época. Assinale, dentre as alternativas, qual o conflito que envolveu, quase que unicamente, o estado de São Paulo em oposição ao governo federal:

- (A) Inconfidência Mineira.
- (B) Guerra dos Farrapos.
- (C) Movimento Tenentista.
- (D) Guerra de Canudos.
- (E) Revolução Constitucionalista de 1932.

14) O Comitê de Política Monetária – COPOM, vinculado ao Banco Central do Brasil, divulgou em nota de sua 203ª reunião, realizada em 29 e 30 de novembro de 2016, que a taxa básica de

juros, também conhecida como taxa SELIC – Meta, válida inclusive no mês de dezembro/2016, seria de:

- (A) 14,25% a.a.
- (B) 13,25% a.m.
- (C) 13,75% a.a.
- (D) 13,25% a.a.
- (E) 13,75% a.m.

15) Analise as afirmativas abaixo que abordam classificação orçamentária de receitas e despesas públicas:

I - A parcela do duodécimo repassado pelo Poder Executivo para o Poder Legislativo para o pagamento de suas despesas de custeio será considerado como receita de transferências correntes do órgão recebedor.

II - O superávit do orçamento corrente apurado pela Câmara Municipal será classificado como Receita de Capital.

III - Caso a Câmara Municipal tenha um imóvel que não esteja em uso e opte realizar sua locação, a receita imobiliária proveniente será classificada como Receita de Capital.

Estão corretas:

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.
- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas II e III.

16) O departamento de Contabilidade verificou que ocorreram as seguintes movimentações em determinada dotação orçamentária da Câmara Municipal:

DATA	OPERAÇÃO	VALOR
01/12/2016	DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 610.000,00
15/12/2016	EMPENHO DA DESPESA	R\$ 370.000,00
19/12/2016	LIQUIDAÇÃO DA DESPESA	R\$ 230.000,00
27/12/2016	PAGAMENTO DA DESPESA	R\$ 160.000,00
02/01/2017	ANULAÇÃO DE DESPESA DO ANO DE 2016	R\$ 20.000,00

Somente com base nos dados acima, assinale os saldos apurados em 31/12/2016 e o registro

contábil posterior a ser realizado pelo Ente Público:

- (A) Restos a pagar processados R\$ 70.000,00 e Receita do Exercício de 2017 R\$ 20.000,00.
- (B) Restos a pagar processados R\$ 90.000,00 e Receita de Exercício Anterior R\$ 20.000,00.
- (C) Restos a pagar não processados R\$ 120.000,00 e Receita do Exercício de 2017 R\$ 20.000,00.
- (D) Restos a pagar não processados R\$ 160.000,00 e Receita de Exercício Anterior R\$ 20.000,00.
- (E) Restos a pagar não processados R\$ 210.000,00 e Receita de Exercício Anterior R\$ 20.000,00.

17) Assinale a alternativa que apresenta as etapas da Receita Pública orçamentária:

- (A) Fixação – Apropriação – Inscrição – Baixa.
- (B) Fixação – Classificação – Lançamento – Arrecadação.
- (C) Previsão – Identificação – Consolidação – Cobrança
- (D) Previsão – Classificação – Confirmação – Recolhimento.
- (E) Previsão – Lançamento – Arrecadação – Recolhimento.

18) O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. A entidade do setor público deve aplicar métodos de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento dos ganhos e das perdas patrimoniais. Analise as afirmativas abaixo que tratam da Mensuração de Ativos e Passivos dos Entes Públicos:

I - Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção ou custo de reposição, dos dois o menor.

II - Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

III - As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo

valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

Estão corretas:

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.
- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas II e III.

19) As operações orçamentárias e patrimoniais realizadas por Entes Públicos deverão ser registradas nos sistemas como forma de demonstrar a perfeita execução da Lei Orçamentária e o resultado obtido com a gestão dos bens públicos. Assinale a única alternativa incorreta sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública:

- (A) As receitas orçamentárias somente serão registradas quando houver o efetivo ingresso do recurso nos cofres públicos, enquanto que a variação patrimonial aumentativa seguirá o regime de competência.
- (B) No momento da liquidação da despesa deve-se verificar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
- (C) O Recebimentos de recursos provenientes de uma operação de crédito deve ser registrado como Receita Orçamentaria de Capital e Variação Patrimonial Aumentativa.
- (D) A Dívida Flutuante compreende os depósitos, restos a pagar, serviços da dívida a pagar e débitos de tesouraria.
- (E) Para as despesas que não se tenha um valor fixo e determinado, o empenho deve ser feito por estimativa.

20) As Demonstrações Financeiras serão elaboradas, periodicamente, por todas as Entidades Públicas de acordo com os ditames legais e com a finalidade de demonstrar à sociedade e órgãos de controle a origem e aplicação dos recursos públicos no período. Analise as afirmativas abaixo que tratam das Demonstrações Financeiras voltadas para os Entes Públicos:

I - Na Demonstração das Mutações Patrimoniais a alienação de bens móveis e imóveis, bem como a cobrança de dívida ativa serão consideradas Variações Passivas do Ente.

II - No Balanço Financeiro não deverão constar pagamentos e recebimentos extra orçamentários.

III - No Balanço Orçamentário não deverão constar Créditos Adicionais Suplementares, Especiais e Extraordinários.

Estão corretas:

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.
- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas II e III.

21) A Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu mecanismos de controle dos gastos públicos para todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública, estabelecendo limites para cada Unidade da Federação. Analise as afirmativas abaixo que tratam deste tema:

I - Se a Receita Corrente Líquida Municipal for de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) o valor máximo que pode ser destinado para as despesas de pessoal do Poder Legislativo será de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

II - Considera-se adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício

III - Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Estão corretas:

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.
- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas I e III.

22) Assinale a alternativa que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta o documento a ser emitido constando, dentre outras informações, a apuração da Receita

Corrente Líquida, os resultados nominal e primário e o balanço orçamentário:

- (A) Relatório de Gestão Fiscal.
- (B) Demonstrativo da Gestão Fiscal.
- (C) Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos.
- (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (E) Demonstrativo de Verificação da Situação Patrimonial e Financeira.

23) Assinale a única alternativa que não está de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que tratam da Receita Pública:

- (A) O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- (B) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (C) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada para pagamento dos juros da dívida pública.
- (D) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (E) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

24) A Câmara Municipal de um Município do Estado do Paraná pretende realizar duas licitações, uma para contratação empresa responsável pela limpeza e conservação das dependências do Poder Legislativo com valor estimado de R\$ 230.000,00 e outra para a realização de uma obra para a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais no prédio da Câmara, cujo valor estimado é de R\$

135.000,00. Assinale a alternativa que apresenta as modalidades de licitação empregadas em cada caso:

- (A) As duas licitações somente poderão ocorrer na modalidade concorrência.
- (B) As duas licitações poderão ocorrer nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência.
- (C) Para os serviços de limpeza e conservação poderá ocorrer somente na modalidade concorrência e a obra somente poderá ocorrer nas modalidades tomada de preços ou concorrência.
- (D) Para os serviços de limpeza e conservação poderá ser na modalidade convite, tomada de preços ou concorrência e a obra poderá ocorrer somente na modalidade concorrência.
- (E) Para os serviços de limpeza e conservação poderá ocorrer somente nas modalidades tomada de preços ou concorrência e a obra poderá ocorrer nas modalidades convite, tomada de preços ou concorrência.

25) O Poder Legislativo Municipal não poderá realizar a dispensa da licitação no caso de:

- (A) Compra de materiais de consumo cujo valor seja inferior a R\$ 8.000,00.
- (B) Para contratação de vagas em creches ou escolas de ensino infantil para a população declarada em lei de baixa renda, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (C) Na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- (D) Na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- (E) Para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

26) O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo a preservação do patrimônio público, o controle da execução das ações que integram os programas e a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas. No que diz respeito ao controle

interno aplicado ao setor público, as medidas que visem à identificação, concomitante ou a posteriori, de erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil, são denominadas:

- (A) Monitoramento.
- (B) Mapeamento de riscos.
- (C) Planejamento do controle interno.
- (D) Avaliação de riscos.
- (E) Procedimentos de detecção.

27) A Lei Complementar Federal nº 123/2006 que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte define as regras de tratamento diferenciado a ser observado pela União, Estados e Municípios. Sobre a referida legislação, assinale as alternativas abaixo:

I - A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar as situações exclusão de ofício do Simples Nacional cabe exclusivamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

II - A Pessoa Jurídica que possuir débitos tributários vencidos junto à Prefeitura Municipal do local da sua sede e que não estejam suspensos, não poderá ingressar no Simples Nacional.

III - Considera-se Empresa de Pequeno Porte a pessoa jurídica que obtenha uma Receita Bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) no ano calendário.

Estão corretas:

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.
- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas I e III.

28) A Lei Orgânica Municipal de Godoy Moreira determina normas específicas para a elaboração e tramitação da proposta orçamentária até a sua aprovação. Os dispositivos da Lei Orgânica devem ser observados pelos Poderes Executivo e Legislativo, visto que ambos devem atuar no processo, respeitada a competência individual de cada um. Assinale a única alternativa que está em desacordo com a Lei Orgânica Municipal de Godoy Moreira:

(A) Não é permitida a inclusão, no orçamento anual, de dotações globais de receitas e despesas dos órgãos da administração indireta.

(B) Nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua a receita do orçamento de capital, vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes.

(C) O Prefeito enviará à Câmara, até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, o projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte. Se até 30 (trinta) de novembro a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado como lei o projeto originário do Executivo.

(D) É vedada a transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma dotação orçamentária para outra.

(E) Não será objeto de deliberação emenda de que decorra aumento da despesa global de cada órgão, projeto ou programa ou as que visem a modificar o seu montante, natureza ou objeto.

29) O Regimento Interno da Câmara Municipal de Godoy Moreira define que a competência para a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo criem ou aumentem a despesa pública cabe ao Poder Executivo. No que diz respeito às emendas ao Projeto de Lei do Orçamento, é correto afirmar que:

(A) As emendas poderão ser propostas por membro da Câmara Municipal e deverão, obrigatoriamente ir a Plenário, necessitando do voto da maioria absoluta para sua aprovação.

(B) As emendas poderão ser propostas por membro da Câmara Municipal e deverão ser apreciadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

(C) Somente poderão ocorrer emendas à proposta orçamentária nas Comissões da Câmara Municipal e a deliberação sobre emendas será obrigatoriamente realizada no Plenário da Câmara Municipal.

(D) Somente poderão ocorrer emendas à proposta orçamentária nas Comissões da Câmara Municipal e a deliberação sobre emendas somente irá a Plenário quando solicitado por, pelo menos, um terço dos membros da Câmara.

(E) É vedada a apresentação de emendas por parte da Câmara Municipal no projeto de Lei Orçamentária remetido pelo Poder Executivo.

30) Segundo se desprende do Regimento Interno da Câmara Municipal de Godoy Moreira, a atribuição de enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior e elaborar e encaminhar, até o dia 31 de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta orçamentária do Município, será competência:

(A) Do Presidente da Câmara Municipal.

(B) Da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

(C) Da Mesa da Câmara Municipal.

(D) Da Secretaria da Câmara Municipal.

(E) Do Diretor Financeiro da Câmara Municipal.